

Huellas que se desvanecen:

A corrida para proteger
os povos indígenas isolados
do Corredor Yavari-Tapiche
na Amazônia

Earth
Insight



AIDSESP



ORPIO

Organización Regional de
Pueblos Indígenas del Oriente



COIAB

SUMÁRIO

Agradecimentos

Este relatório foi elaborado em coautoria pela Earth Insight com a Organização Regional dos Povos Indígenas do Oriente (ORPIO), a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) e a Associação Interétnica de Desenvolvimento da Selva Peruana (AIDSESP). Agradecemos imensamente a todos aqueles que compartilharam seus conhecimentos e experiências, incluindo (entre outros): Hilton Nascimento, Centro de Trabalho Indigenista (CTI); Beatriz Huertas, consultora da Rainforest Foundation Norway.

Citação sugerida:

Organização Regional dos Povos Indígenas do Oriente (ORPIO), Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), Associação Interétnica de Desenvolvimento da Selva Peruana (AIDSESP) e Earth Insight. (2025). *“Huellas que se desvanecen: A corrida para proteger os povos indígenas isolados do Corredor Yavari-Tapiche na Amazônia”*

Aviso legal:

O conteúdo deste documento é fornecido exclusivamente para fins informativos. Os editores buscam disponibilizar ao público ferramentas e análises que ampliem a compreensão, promovam boas práticas e fortaleçam ambições voltadas à proteção da natureza, do clima e das pessoas. Este documento foi elaborado com base em informações de domínio público, com fontes citadas conforme a data de acesso anterior à publicação. Embora tenham sido adotados todos os esforços razoáveis para garantir a precisão das informações, mudanças posteriores podem afetar sua exatidão. Os editores não se responsabilizam pelo conteúdo de materiais de terceiros eventualmente incluídos neste documento. Caso identifique alguma informação imprecisa, entre em contato pelo e-mail info@earth-insight.org, apresentando evidências e solicitando a correção. A Earth Insight avaliará a solicitação e realizará os ajustes necessários.

Imagens de capa: [inserir descrições e créditos das imagens.]

Licença Creative Commons: Esta obra está licenciada sob a licença Creative Commons CC BY-NC-ND 4.0 (Atribuição-Não Comercial-Sem Derivações 4.0 Internacional). Para acessar uma cópia da licença, consulte o link correspondente. Dúvidas devem ser encaminhadas para info@earth-insight.org.

TERRA DE HOMENS CORAJOSOS

04

PRINCIPAIS RESULTADOS

05

A PRIMEIRA LINHA DE DEFESA

05

O LONGO CAMINHO ATÉ O CORREDOR

06

AMEAÇAS MAPEADAS

09

Ameaças do petróleo: o veneno na água

09

Infraestrutura: o efeito espinha de peixe

10

Mineração e exploração madeireira: a derrubada da Amazônia

12

A AMEAÇA CRESCENTE: PRESSÕES NÃO MAPEADAS

15

O vetor letal da mineração ilegal

15

Balas, carne e bíblias

16

ESTRATÉGIAS E RECOMENDAÇÕES DOS POVOS INDÍGENAS

18

NOTA METODOLÓGICA

20

Terra de Homens Corajosos



Acampamento de extração madeireira ilegal no Alto Tamaya, Peru, onde a exploração não autorizada impulsiona o desmatamento e invade territórios indígenas. Crédito da imagem: Cortesia da ORPIO

Um dos maiores blocos contínuos de floresta intacta da Amazônia, o Corredor Territorial Yavari-Tapiche abriga a maior concentração mundial de Povos Indígenas em Isolamento e Contato Inicial (PIACI).¹ Nesta “Terra de Homens Corajosos”, como é denominada por alguns Povos Indígenas, florestas densas em carbono e regiões de nascentes sustentam uma biodiversidade de relevância global, que pode incluir ao menos 150 espécies de mamíferos, mais de 530 espécies de aves e 500 espécies de peixes.²

O corredor abrange mais de 16 milhões de hectares, o equivalente ao dobro do território do Panamá,³ ao longo da fronteira oeste do Brasil, nos estados do Amazonas e Acre, e das regiões de Loreto e Ucayali, no Peru, na porção sul da bacia do rio Amazonas. A maior parte das florestas do corredor (66%) está localizada no Brasil, onde aproximadamente 90% dessas áreas possuem algum status de proteção. O Brasil reconhece pelo menos 17 grupos indígenas isolados que vivem dentro do corredor, em sua maioria no Território Indígena Vale do Javari.⁴

No lado peruano, o corredor é composto por um mosaico de parques nacionais e áreas protegidas que se sobrepõem a reservas

indígenas.⁵ Embora o Peru reconheça os povos PIACI,⁶ incluindo Matsés, Isconahua, Remo, Kapanawa, Mayoruna, Matis, Korubo, Marubo, Kulina-Pano e Flecheiro (Tavakina), o processo de reconhecimento integral das terras que compõem o Corredor Territorial Yavari-Tapiche permanece travado há décadas por entraves burocráticos.⁷

Ao mesmo tempo, atividades de petróleo e gás, exploração madeireira e mineração, somadas a projetos de estradas e rodovias, além da atuação de redes criminosas que utilizam caça ilegal, pesca predatória e mineração de ouro para lavagem de dinheiro, configuram ameaças existenciais aos ecossistemas da região e aos povos que deles dependem.⁸

Há mais de vinte anos, organizações indígenas vêm articulando a criação do Corredor Territorial Yavari-Tapiche como estratégia de proteção, especialmente para os povos PIACI, considerados como parte de sua própria família. Sem a implementação de um corredor territorial protegido, o contato forçado aumenta o risco de doenças para as quais esses povos não possuem imunidade, além de intensificar conflitos e degradar habitats essenciais à sua sobrevivência.⁹

“Dizem que haverá ‘desenvolvimento’, mas será para as grandes empresas, para o agronegócio, para carros e combustível. Serão eles que se beneficiarão. Para nós, restarão doenças, exploração sexual, narcotráfico e violência. É isso que nos espera..”

– Leo Chuma Teca Beso, Chefe da Comunidade Nativa Matsés¹⁰

Principais resultados

Esta análise espacial resulta de uma colaboração entre a Organização Regional dos Povos Indígenas do Oriente (ORPIO), a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), a Associação Interétnica de Desenvolvimento da Selva Peruana (AIDSESP) e a Earth Insight, com o objetivo de documentar as ameaças às comunidades e aos ecossistemas no

Corredor Territorial Yavari-Tapiche, bem como evidenciar o potencial dessa solução liderada por Povos Indígenas frente à crise climática e à erosão biocultural.

Essas principais conclusões incluem:

- Blocos de petróleo e gás se sobrepõem a 10% do Corredor Territorial Yavari-Tapiche.
- Blocos de petróleo e gás se sobrepõem a 1,7 milhão de hectares de floresta tropical úmida intacta no corredor.
- Blocos de petróleo e gás se sobrepõem a 669 mil hectares de Áreas-chave para a Biodiversidade (KBAs).
- Concessões madeireiras se sobrepõem a 500 mil hectares do corredor e de florestas tropicais úmidas intactas.
- 13 concessões de mineração incidem sobre o corredor.
- Projetos de estradas propostos se sobrepõem a 190 quilômetros do corredor.
- Áreas protegidas representam 75% do corredor e 88% das reservas de Povos PIACI em seu interior.
- Áreas-chave para a biodiversidade representam 19% do corredor e 16% das reservas PIACI.

A primeira linha de defesa

O povo Matsés, juntamente com outras comunidades indígenas que vivem no interior e nas zonas de amortecimento do Corredor Territorial Yavari-Tapiche, é reconhecido como a “primeira linha de defesa” dos povos em isolamento. Desde o início dos anos 2000, essas comunidades desempenham um papel central na construção de um corredor binacional que integra a governança territorial indígena, a criação de zonas livres de atividades extrativas e a proteção de povos isolados.

Por séculos, apesar de contatos esporádicos, alguns pacíficos, mas em sua maioria violentos, com missionários, forças militares, indústrias extrativas e caçadores ilegais, o povo Matsés, tanto no Brasil quanto no Peru, evitou o contato direto até 1969. A própria palavra “Matsés” significa “parentes”¹² e Leo Chuma Teca Beso, Chefe da comunidade em Loreto, Peru, possui vínculos familiares diretos com povos PIACI. Seus

avós viveram em isolamento em áreas próximas a Loreto. Assim como em outros contextos históricos na região, parte do povo Matsés vive em comunidades estabelecidas, enquanto outros permanecem em áreas remotas da floresta, evitando contato.¹³

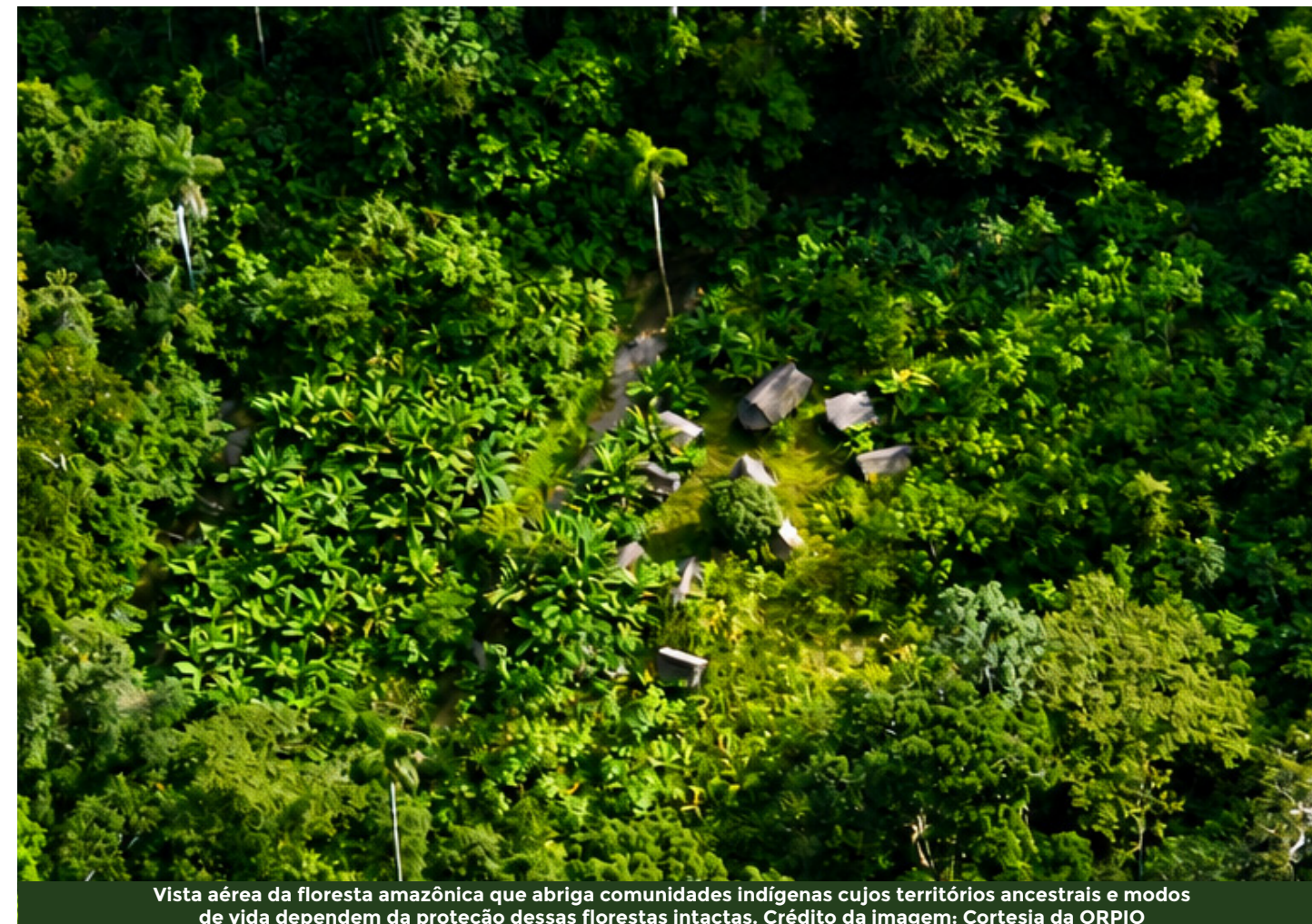
Os Matsés (também conhecidos como Mayuruna no Brasil) são reconhecidos como caçadores e guerreiros experientes, detentores de um profundo conhecimento dos caminhos ancestrais da floresta que atravessam o corredor. Narrativas Matsés relatam que aprenderam a agricultura com o pássaro mutum, receberam seus nomes dos povos das águas e adquiriram conhecimentos medicinais com aqueles que vivem rio abaixo.¹⁴ Pesquisadores recorreram ao conhecimento Matsés sobre mais de 100 tipos distintos de habitats amazônicos utilizados por mamíferos,¹⁵ para confirmar que a região do Corredor Yavari-Tapiche apresenta a maior diversidade de primatas do mundo.¹⁶

“O governo frequentemente afirma que existem muitos obstáculos para a criação de uma reserva territorial. Mas nós protegemos os territórios com ou sem o Estado. Não sabemos o que vai acontecer, mas estamos aqui agora, defendendo o território.”

–Leo Chuma Teca Beso, Chefe da Comunidade Nativa Matsés¹¹



Leo Chuma Teca Beso, Chefe da Comunidade Nativa Matsés, líder indígena que defende a proteção dos territórios ancestrais e os direitos dos povos em isolamento voluntário. Crédito da imagem: Cortesia da ORPIO



Vista aérea da floresta amazônica que abriga comunidades indígenas cujos territórios ancestrais e modos de vida dependem da proteção dessas florestas intactas. Crédito da imagem: Cortesia da ORPIO

Oficialmente, o território Matsés se estende do Território Indígena Vale do Javari, no Brasil, até a Comunidade Nativa Matsés em Loreto, no Peru. No entanto, também consideram a Reserva Nacional Matsés e a região leste do Parque Nacional Sierra del Divisor como parte de seu território ancestral.¹⁷ Leo Chuma Teca Beso: “Os títulos de terra na Amazônia nos dão pequenos pedaços de terra, mas, na realidade, caminhamos por quilômetros. Nosso território existe independentemente do Estado.”

Ao longo das últimas seis décadas, o contato trouxe impactos ambíguos. Segundo Teca Beso, as gerações mais jovens vêm perdendo parte do conhecimento ancestral. Enquanto anciãos e povos PIACI marcam trilhas na floresta de forma sutil, dobrando a vegetação, jovens Matsés tendem a abrir caminhos com facões.¹⁸

Ainda assim, persiste uma concepção distinta de território e tempo. Para Teca Beso, tanto os povos PIACI quanto o território Matsés existem independentemente do reconhecimento externo. Essa visão ecoa a declaração de Raymond Mean Mayuruna, que em 2014, como presidente da histórica organização binacional Matsés, a Organización General Mayuruna (OGM), afirmou: “Somos o povo Matsés. Não estamos separados por países. Não vivemos nem no Brasil nem no Peru. Vivemos em nosso território.”¹⁹

Um ano antes, centenas de Matsés se reuniram na fronteira entre Peru e Brasil para impedir a exploração de petróleo em suas terras ancestrais, considerada uma ameaça existencial aos povos isolados.²⁰ Em um raro momento de vitória, em 2017, a empresa petrolífera responsável retirou-se do Lote 135.

O longo caminho até o corredor

A história recente de resistência do povo Matsés foi fundamental para a construção da estratégia do Corredor Territorial Yavarí-Tapiche.

Como exemplo, evidências de pegadas de povos PIACI coletadas nas proximidades do Lote 135, em 2012, foram posteriormente utilizadas para fundamentar a criação da reserva indígena Yavarí-Tapiche.²¹

O processo de construção de um corredor territorial binacional para povos PIACI na fronteira entre Brasil e Peru teve início com um chamado da Organização Regional dos Povos Indígenas do Oriente (ORPIO) a organizações indígenas de ambos os países, como estratégia de defesa frente a ameaças comuns. Atores-chave – incluindo ORPIO, AIDSESP, a Federação das Comunidades Nativas dos rios Tapiche e Blanco, a Comunidade Nativa Matsés, a Organização Geral Mayuruna (OGM) e a União dos Povos Indígenas do Vale do Javari (UNIVAJA), com apoio do

Centro de Trabalho Indigenista (CTI) e de outras organizações da sociedade civil – lideraram um movimento contra a exploração de petróleo na região.²²

A partir de 2003, organizações indígenas no Peru iniciaram um longo processo burocrático para o reconhecimento oficial de reservas destinadas à proteção de povos PIACI.²³⁻²⁴ Ao longo da década seguinte, reuniram e sistematizaram evidências sobre a existência desses povos e de seus territórios, constituindo a base para estratégias de incidência em níveis nacional e internacional.²⁵

Esses dados permitiram que dez organizações indígenas, nos dois países, estruturassem fundamentos jurídicos, antropológicos e ambientais para a criação do corredor territorial.²⁶ Em 2006, a Lei nº 28.736 do Peru reconheceu o direito dos povos PIACI à autonomia, à proteção territorial, à salvaguarda da saúde e à não realização de contato, além de estabelecer a criação de reservas PIACI por decreto supremo. Em 2022, a ORPIO e quatro de suas organizações e federações de base, nos departamentos de Loreto e Ucayali, constituíram a Plataforma Política do Corredor Territorial Yavarí-Tapiche, voltada à implementação de medidas previstas no Plano Estratégico de Proteção do corredor. otection of the Yavarí-Tapiche Territorial Corridor.

Vinte anos após a proposta inicial de criação das primeiras reservas PIACI em Loreto, a Reserva Isconahua foi finalmente reconhecida em 2016 (embora originalmente criada em 1998), seguida pela Reserva Yavarí-Tapiche em 2021 e pela Reserva Sierra del Divisor Occidental (Kapanawa) em 2024. Em 2023, também houve avanços no processo de criação da Reserva Tamaya-Abujao, na porção sul do corredor.²⁷ No entanto, em 2025, houve um retrocesso quando uma comissão governamental recusou a criação da Reserva Yavarí Mirim, apesar da apresentação de **113 novos registros antropológicos que comprovam de forma inequívoca a presença de povos PIACI – incluindo Matsés, Matis, Korubo, Kulina-Pano e Flecheiro (Tavakina) – na área.**²⁸



Desmatamento ao longo do alto rio Shesha, dentro da Reserva Indígena Isconahua e do Parque Nacional Sierra del Divisor. Crédito da imagem: Cortesia da ORPIO

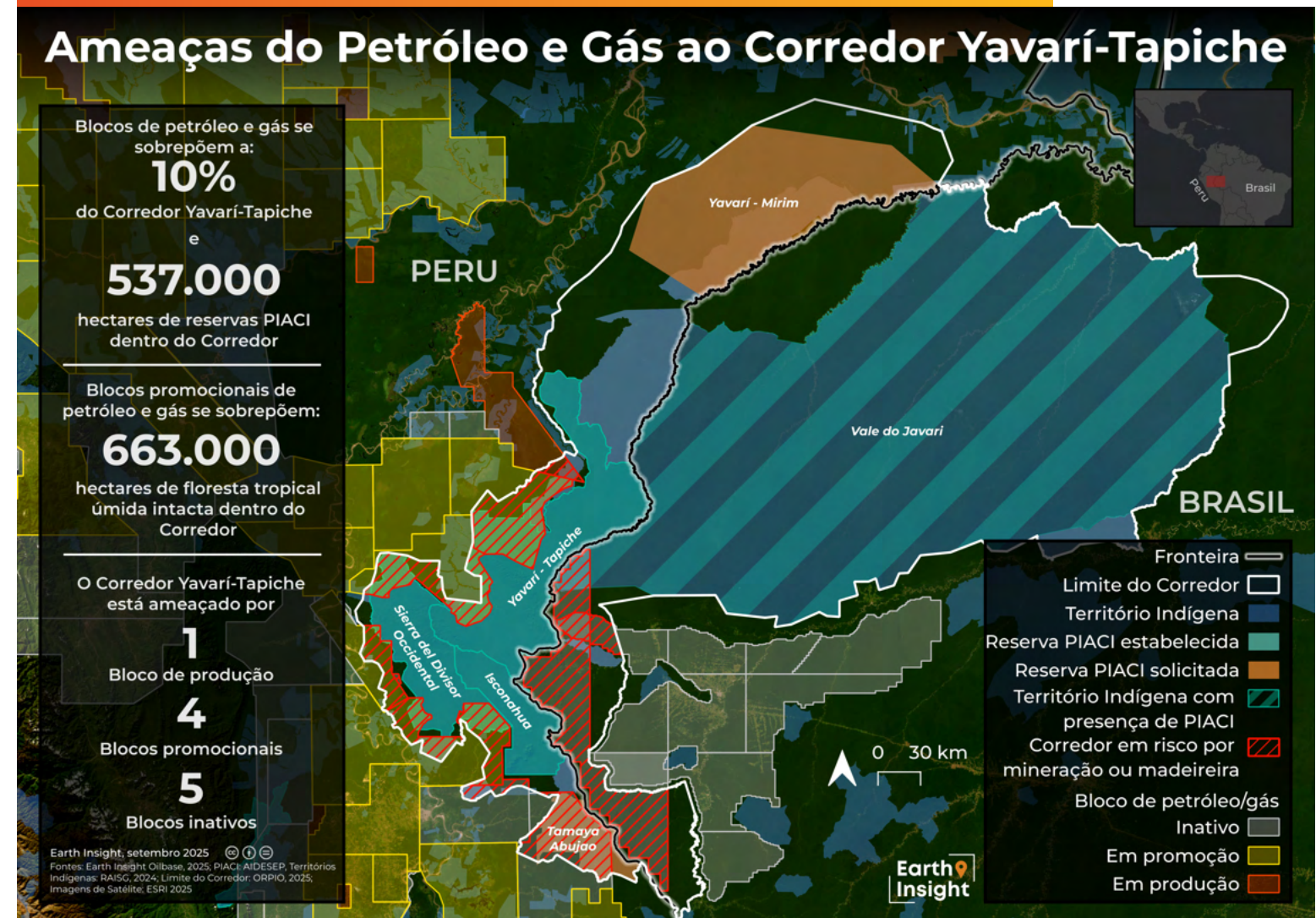
Ameaças Mapeadas

“Somos impactados pelo Lote 95, onde empresas petrolíferas deixaram contaminação que nunca foi remediada. Como parte da Plataforma do Corredor Territorial Yavarí-Tapiche, queremos garantir que isso nunca aconteça com comunidades em outras bacias hidrográficas.” – Luis Pérez Silvano, líder Cocama/Cocamilla da Federação das Comunidades Nativas da região dos rios Ucayali e Juanete (FECONARUJ).

Em 2024, a colisão de uma barcaça petrolífera nas proximidades do Lote 95 provocou o derramamento de petróleo bruto no rio Puinahua, próximo à Reserva Nacional Pacaya-Samiria. Comunidades indígenas que dependem diretamente do rio ficaram impossibilitadas de consumir ou utilizar a água. Com a interrupção da pesca, perderam sua principal fonte de renda, enquanto as compensações oferecidas pela empresa não cobriram os prejuízos.²⁹

Antes do reconhecimento da Reserva Yavarí-Tapiche, documentos de testes sísmicos relativos ao Lote 135 (que abrangia 81% de suas florestas) registravam “um grande número de incidentes envolvendo Povos Indígenas em Isolamento e Contato Inicial (durante os testes), que permaneceram confidenciais devido às implicações para as atividades de exploração.”³⁰ Este é um exemplo das recorrentes tentativas de minimizar, contestar ou ignorar evidências da presença de povos PIACI em áreas de interesse econômico dentro do corredor.

Ameaças do petróleo: o veneno na água



A presente análise demonstra que blocos de petróleo e gás no Peru ainda se sobrepõem a:

- 10% do corredor territorial;
- 12% dos territórios PIACI;
- 11% dos territórios indígenas;
- aproximadamente 29% das Áreas-chave para a Biodiversidade.

Há blocos de petróleo e gás ofertados nas reservas PIACI Yavari-Tapiche e Sierra del Divisor Occidental Kapanawa, além de blocos suspensos na área proposta da reserva PIACI Tamaya-Abujao. Derramamentos de petróleo nessas regiões representam risco direto às comunidades indígenas e PIACI situadas a jusante, cujos modos de vida e segurança alimentar dependem da bacia amazônica.³¹ Em 2025, uma petição apresentada à Comissão Interamericana de Direitos Humanos pela AIDSESP, sobre as ameaças da exploração de petróleo e gás, mencionou mais de **800 derramamentos de petróleo em rios da região.**³²



Sagui-leãozinho (*Callithrix pygmaea*) na floresta amazônica.
Crédito da imagem: Wikimedia Commons, Malene Thyssen

A abertura de estradas em áreas de floresta tropical pode desencadear processos de desmatamento em um raio de até 10 quilômetros.³³ Evidências disponíveis indicam que a expansão de infraestrutura, incluindo estradas e rodovias, facilita a proliferação de vias secundárias não oficiais, ampliando o risco de desmatamento e gerando o chamado “efeito espinha de peixe.”³⁴ **Estima-se que, para cada quilômetro de estrada legal, existam cerca de três quilômetros de caminhos ilegais que avançam profundamente na floresta.**³⁵ A partir dessas vias principais, madeireiros, garimpeiros, ocupações irregulares e redes criminosas avançam sobre áreas de floresta intacta, intensificando a degradação ambiental e aumentando significativamente o risco de incêndios florestais.

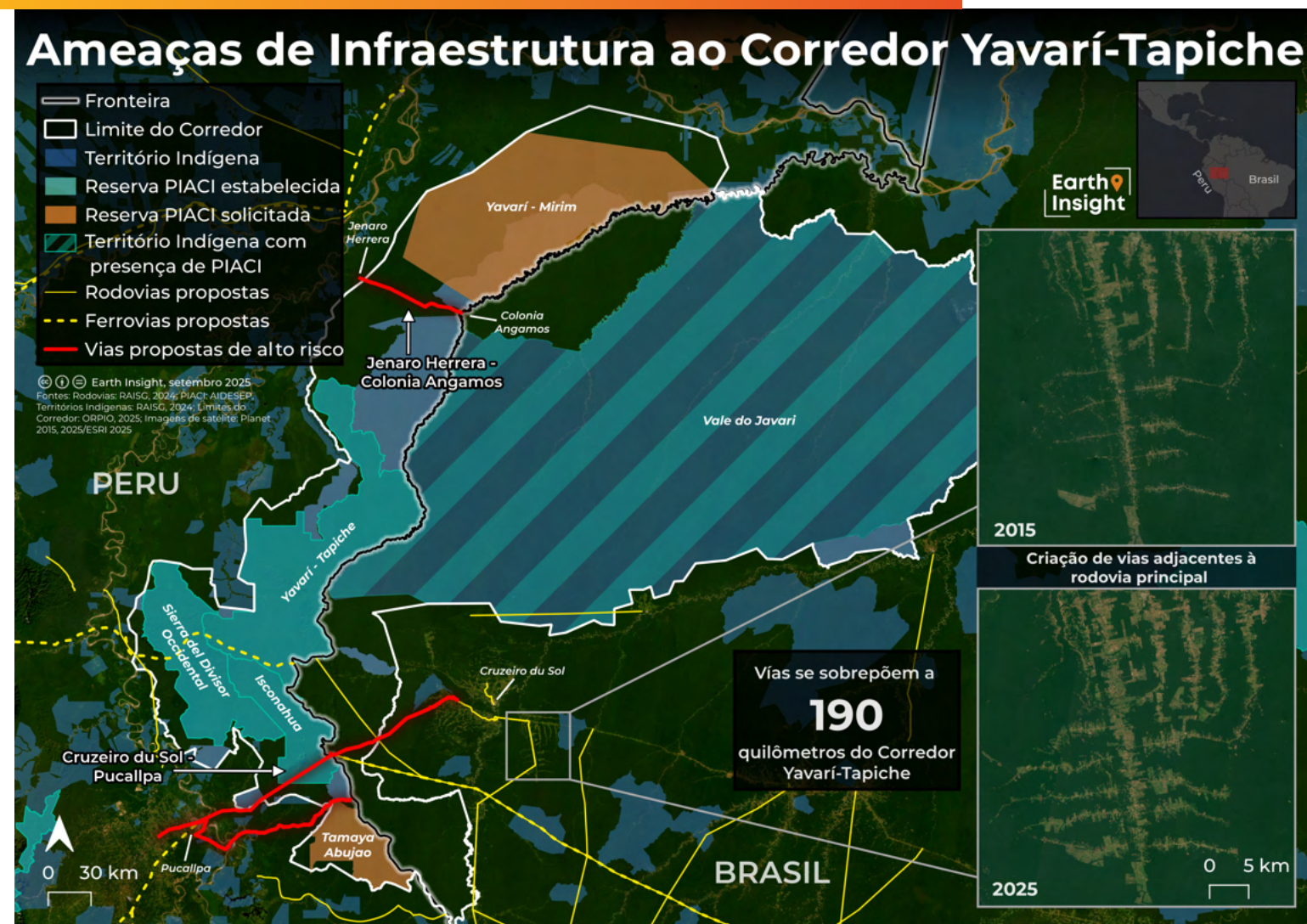
Duas rodovias propostas se sobrepõem a 190 km do Corredor Territorial Yavari-Tapiche.³⁶ A primeira, que conecta Cruzeiro do Sul, no Brasil, a Pucallpa, no Peru, ameaça comunidades PIACI na Reserva Indígena Isconahua. Também afeta um corredor de conservação transfronteiriço em ambos os lados da Serra do Divisor, habitat de mais de 2.800 espécies de flora e fauna já documentadas.³⁷

A segunda rodovia conectaria Jenaro Herrera, em Loreto (Peru), a Colônia Angamos, próxima ao Brasil, na bacia do rio Yavari. Em 2021, a Defensoria do Povo solicitou a suspensão de sua construção até o cumprimento de requisitos técnicos e ambientais.³⁸ Conforme destacado em relatório de 2025, projetos dessa natureza ignoram “a relação entre infraestrutura rodoviária e a expansão de economias ilícitas” em uma região de fronteira marcada pela presença de grupos criminosos, mineração ilegal e contrabando.³⁹



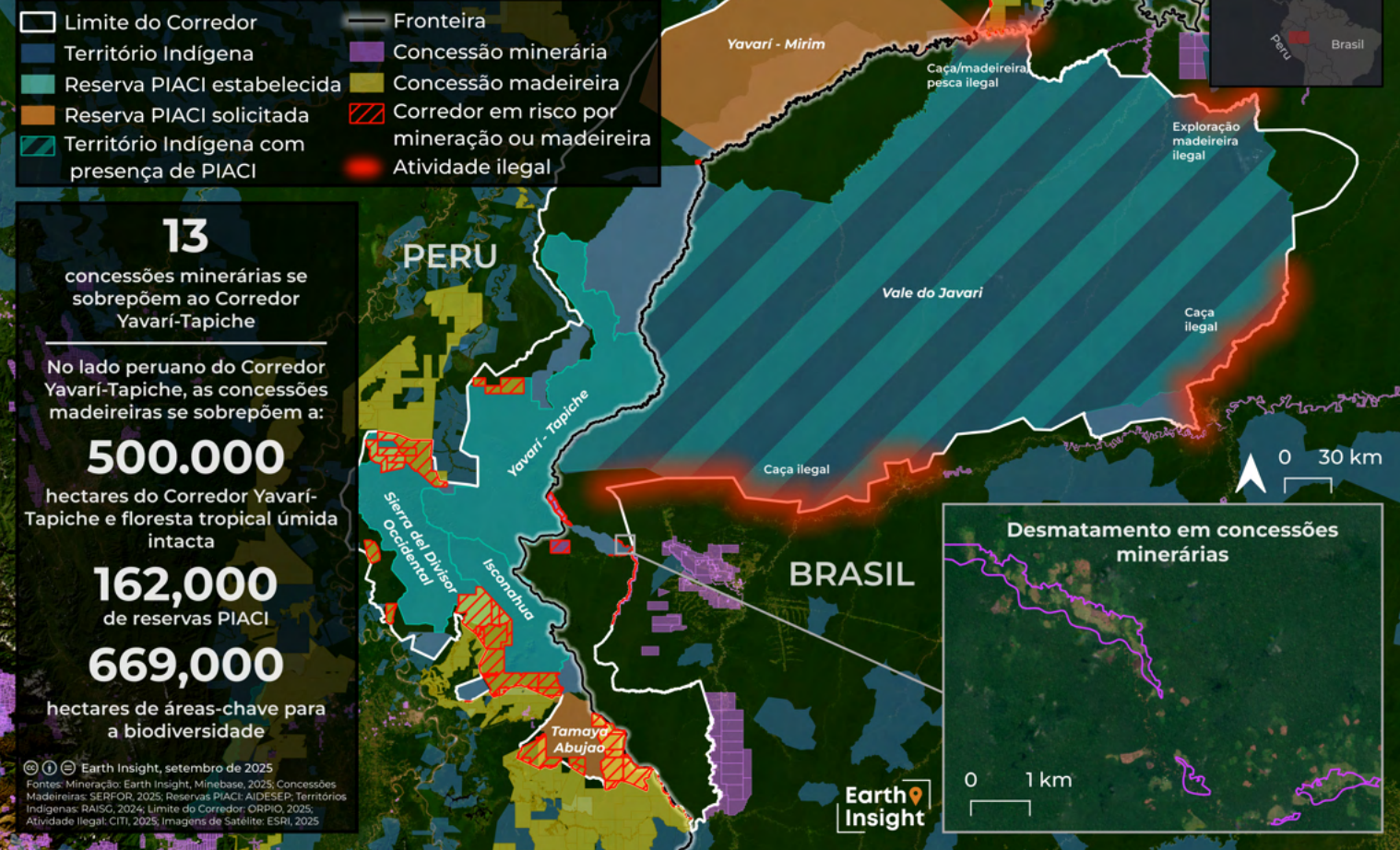
Vista aérea de uma estrada florestal ilegal na região do alto rio Yucanya, onde o acesso não autorizado impulsiona o desmatamento e a invasão da floresta amazônica intacta. Crédito da imagem: Cortesia da ORPIO

Infraestrutura: o efeito espinha de peixe



Mineração e exploração madeireira: a derrubada da Amazônia

Ameaças da Mineração e da Exploração Madeireira ao Corredor Yavarí-Tapiche



Entre 2001 e 2023, atividades extrativas foram responsáveis por metade dos mais de 3 milhões de hectares de floresta perdidos na Amazônia peruana. Dois departamentos parcialmente abrangidos pelo Corredor Territorial Yavarí-Tapiche – **Loreto e Ucayali** – registraram perdas superiores a 500 mil hectares cada.⁴⁰



O pico de carbono do Corredor Yavarí-Tapiche

Densidade de Carbono no Corredor Yavarí-Tapiche



Como uma jurisdição classificada como Alta Cobertura Florestal e Baixo Desmatamento (HFLD),⁴¹ Loreto – onde se localiza a maior parte do corredor no Peru – concentra mais da metade do estoque de carbono acima do solo do país, com densidades particularmente elevadas ($98,8 \pm 29,4 \text{ Mg C ha}^{-1}$).⁴² Ucayali, que também integra o corredor, possui o segundo maior estoque regional de carbono. À medida que o desmatamento se intensifica na Amazônia, a gestão territorial indígena dessas florestas intactas e de alta densidade de carbono torna-se ainda mais crítica para manter essa região como um importante reservatório de carbono e como estratégia eficaz para o cumprimento das metas climáticas nacionais. Como referência, o Peru precisaria retirar toda a sua frota de veículos de circulação para compensar uma redução de apenas 50% nos serviços de sequestro de carbono proporcionados por florestas sob

gestão indígena.⁴³ Em Loreto, em um único ano, 43 concessões madeireiras foram ilegalmente concedidas em quase 300 mil hectares de terras PIACI.⁴⁴ Em 2018, a ORPIO obteve uma decisão judicial histórica que determinou que autoridades não poderiam conceder, reativar ou estabelecer concessões florestais em áreas destinadas a povos indígenas em isolamento.⁴⁵ Ainda assim, em setembro de 2025, o Serviço Nacional Florestal e de Fauna Silvestre do Peru (SERFOR) defendeu contratos de concessão florestal dentro da área proposta da Reserva Yavarí Mirim. Há também quatro concessões madeireiras ativas na Reserva Indígena Isconahua, apesar da proibição legal.⁴⁶

Concessões desse tipo também se sobrepõem à Reserva Indígena Sierra del Divisor Kapanawa, nos departamentos de Loreto e Ucayali, bem como à área proposta da reserva PIACI Tamaya-Abujao, em Ucayali.

“Precisamos monitorar nossos territórios com tecnologia, pois estamos na fronteira do corredor. Esperamos poder contar com drones, como outras comunidades já utilizam, para controlar a exploração madeireira ilegal.”

–Carlos Pacaya Rodriguez, líder da Associação Indígena de Conservação na Amazônia Peruana (ASICONCEP)

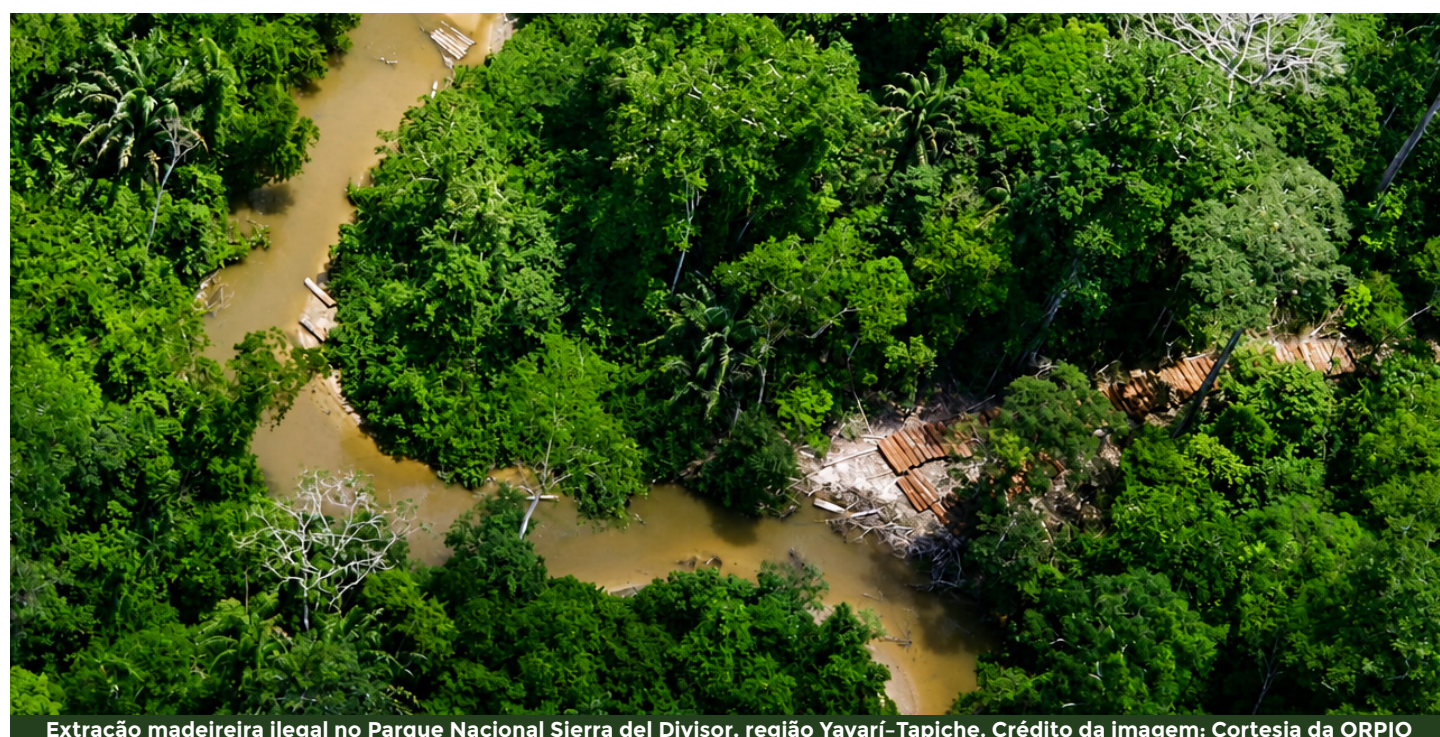
Grupos missionários, como a Associação Evangélica da Missão Israelita do Novo Pacto Universal (AEMINPU), promovem a abertura de áreas florestais para agricultura, contribuindo para taxas elevadas de desmatamento na região do baixo Amazonas-Yavari dentro do corredor territorial.⁴⁷

A exploração madeireira ilegal generalizada no Peru também impacta florestas brasileiras próximas à fronteira, com madeira extraída no Brasil sendo comercializada como proveniente de concessões peruanas. Documentos legais dessas concessões são utilizados para “lavar” madeira ilegal oriunda de áreas protegidas em ambos os países.⁴⁸

Há pouca documentação disponível sobre as 13 concessões de mineração dentro do Corredor Territorial Yavari-Tapiche, embora imagens de

satélite iniciais já indiquem desmatamento associado às operações aparentemente ativas. A Reserva Yavari-Tapiche inclui uma concessão para extração de cassiterita, um minério de estanho associado à expansão da mineração ilegal e à atuação de redes criminosas no Brasil.⁴⁹ No território Yanomami, por exemplo, a exploração de cassiterita financiou a expansão do garimpo ilegal de ouro, resultando em uma grave crise de saúde pública associada à contaminação por mercúrio.⁵⁰

Comunidades localizadas até 100 km a jusante de atividades minerárias estão expostas a mais de 90% dos contaminantes metálicos transportados por sedimentos, que se acumulam ao longo dos cursos d’água e em áreas de várzea, onde podem persistir por séculos.⁵¹



Extração madeireira ilegal no Parque Nacional Sierra del Divisor, região Yavari-Tapiche. Crédito da imagem: Cortesia da ORPIO

A ameaça crescente: pressões não mapeadas

Riscos de contato

No Brasil, das 16 reservas indígenas de povos isolados reconhecidas pela Funai dentro do Território Indígena Vale do Javari, 13 estão em risco de contato e conflito com pescadores e caçadores invasores.⁵² Tentativas de contato forçado com povos indígenas isolados que habitam o corredor territorial têm sido reiteradamente realizadas por grupos missionários evangélicos.⁵³



“Guerreiros da Floresta” indígenas patrulham o Vale do Javari, onde pescadores e caçadores invasores aumentam o risco de contato e conflito com povos indígenas em isolamento voluntário. Crédito da imagem: SIEGFRIED / AFP via Getty Images

O vetor letal da mineração ilegal

Para os povos PIACI, a mineração ilegal constitui um vetor letal: de patógenos (para os quais não possuem imunidade) a contaminação por mercúrio (toxicidade) e invasões armadas (violência). Em 2024, por exemplo, a mineração ilegal introduziu uma infecção que se espalhou rapidamente entre um dos maiores grupos indígenas isolados no Vale do Javari. Mais de 100 integrantes de uma pequena comunidade Korubo, composta por 121 pessoas, adoeceram. Dos 22 casos que evoluíram para pneumonia, muitos eram crianças com menos de nove anos..⁵⁴⁻⁵⁵

A contaminação por mercúrio decorrente da mineração ilegal de ouro representa uma ameaça direta tanto para comunidades indígenas quanto para povos PIACI na Amazônia, cujos modos de vida dependem dos rios e da fauna. Um estudo identificou, por exemplo, que aves canoras em áreas próximas à mineração apresentavam níveis de mercúrio até 12 vezes superiores aos de áreas não afetadas.⁵⁶

Estudos e relatórios indicam que atividades do crime organizado, oriundas da região de tripla fronteira entre Colômbia, Peru e Brasil (“Três Fronteiras”), expandiram-se para áreas que se sobrepõem a territórios indígenas e PIACI. Esses grupos utilizam a exploração madeireira ilegal, a mineração de ouro e a pesca como mecanismos para lavagem de recursos do narcotráfico.⁵⁷⁻⁵⁸ No Brasil, a organização indígena UNIVAJA solicitou ao Estado proteção para suas comunidades diante da presença de madeireiros, garimpeiros, pescadores e fazendeiros armados.⁵⁹ A pesca ilegal e a caça predatória comprometem diretamente a segurança alimentar das comunidades indígenas e PIACI. Em um único dia, por exemplo, pescadores ilegais capturaram meia tonelada de pirarucu e 700 tartarugas no Território Indígena Vale do Javari – ambos alimentos essenciais para essas populações.⁶⁰

Ameaças Mortais

Em 2017, relatos indicaram que um grupo de garimpeiros ilegais que atuava no Território Indígena Vale do Javari, onde vive aproximadamente um quinto dos povos indígenas não contatados do Brasil, teria assassinado dez integrantes de um grupo isolado, descartando os corpos em um rio.⁶¹ Os responsáveis exibiram uma pequena bolsa tradicional e um remo entalhado como prova. Sobrevoos posteriores identificaram vestígios de malocas queimadas – estruturas tradicionalmente utilizadas por povos isolados, que costumam ser incendiadas após a morte de membros do grupo.⁶² Apesar das evidências, a investigação foi inconclusiva e não houve responsabilização.



Operações de mineração de ouro ao longo do rio Madre de Díos, na Amazônia peruana, onde atividades extrativas impulsionam o desmatamento e a poluição em ecossistemas florestais críticos. Crédito da imagem: Alamy, Gabbro

Em março de 2026, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos concedeu medidas cautelares para povos PIACI que vivem na Reserva Indígena Kakataibo Norte e Sul, nos departamentos peruanos de Ucayali, Huánuco e Loreto. Segundo petição apresentada em 2023 pela AIDSESEP, em conjunto com a Organização Regional AIDSESEP-Ucayali (ORAU) e a Federação Nativa de Comunidades Kakataibo (FENACOKA), incursões em larga escala de madeireiros, caçadores e traficantes armados, associadas à sobreposição de concessões florestais, resultaram em desmatamento, cultivo ilegal de coca, pecuária, abertura de estradas clandestinas e instalação de pistas de pouso ilegais dentro da reserva.⁶³

Balas, carne e bíblias

Tanto no Peru quanto no Brasil, forças políticas vêm atuando sistematicamente contra os direitos territoriais de Povos Indígenas e comunidades locais. No Brasil, uma coalizão conservadora composta por interesses do agronegócio, pecuária, mineração e grupos religiosos, frequentemente denominada “bancada do boi, da bala e da bíblia,”⁶⁴ promove iniciativas legislativas que restringem territórios indígenas.⁶⁵⁻⁶⁶ Entre essas propostas, destaca-se a tese do “marco temporal”, que estabelece um limite temporal para o reconhecimento de terras ancestrais indígenas, restringindo direitos territoriais e abrindo caminho para atividades de mineração e projetos de infraestrutura.

No Peru, propostas legislativas, classificadas por organizações indígenas como “projetos de lei de genocídio”, são frequentemente apresentadas com o objetivo de enfraquecer a proteção de territórios PIACI.⁶⁷ Em um caso recente, duas propostas buscavam autorizar atividades de petróleo e gás nesses territórios e conceder ao Congresso poder para modificar ou até anular sua existência legal.⁶⁸⁻⁷⁰

Em 2025, um informe global do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos destacou a disseminação de propaganda anti-PIACI na região de Loreto, observando que “desde 2022, diversos grupos locais têm conduzido campanhas por meio de publicidade televisiva e redes sociais com o objetivo de desacreditar a existência de Povos Indígenas em isolamento.”⁷¹

Loreto é também um dos principais destinos de financiamento climático internacional, incluindo recursos da Declaração Conjunta de Intenção sobre Clima e Florestas, firmada com agências de desenvolvimento da Alemanha, Noruega e Reino Unido, e recentemente renovada. Diante disso, federações indígenas como AIDSESEP, CONAP e a Plataforma Política do Corredor Territorial Yavarí-Tapiche denunciaram o que classificam como um “duplo padrão evidente”: atores que recebem financiamento internacional voltado à proteção climática são, ao mesmo tempo, responsáveis por violações de direitos humanos contra alguns dos povos mais vulneráveis e isolados do planeta.⁷²



A ORPIO participa de um encontro de agentes ambientais indígenas e de um TechCamp voltado ao uso de tecnologias para a proteção territorial na Amazônia. Crédito da imagem: Cortesia da ORPIO e a Rainforest Foundation US

Desinformação no coração da Amazônia

Em setembro de 2025, após duas décadas de trâmites no complexo sistema burocrático do Peru, com informações técnicas e jurídicas consolidadas e evidências robustas da presença de povos PIACI, havia expectativa de que a Reserva Yavarí Mirim, uma das últimas etapas para a consolidação do Corredor Territorial Yavarí-Tapiche, fosse finalmente aprovada. No entanto, investigações posteriores revelaram que atores políticos com interesses diretos em atividades extrativas conduziam uma campanha intensa para impedir sua aprovação a qualquer custo. Parlamentares reconhecidamente contrários aos povos PIACI fizeram declarações públicas negando sua existência. Campanhas de difamação contra organizações que apoiavam a criação da reserva foram disseminadas por meio do que foi descrito por um veículo de imprensa como uma “máquina de desinformação.”⁷³

Ao final, com a ausência significativa dos ministérios do Meio Ambiente, Saúde e Educação no dia da votação (e com a presença ostensiva de opositores à proposta), a criação da reserva foi rejeitada. Organizações indígenas e defensores de direitos humanos classificaram a decisão como uma grave violação dos direitos dos povos PIACI e dos Povos Indígenas.

Após a votação que negou a presença de povos indígenas isolados na área, o Chefe Leo Chuma Teca declarou: “Eu sou testemunha. Quando vamos até a região, vemos pegadas e ouvimos seus gritos. Não acredito que essas pegadas sejam do diabo ou de qualquer outra coisa. São de pessoas.”⁷⁴

Recomendações

Como estratégia climática custo-efetiva: À medida que a Amazônia se aproxima de um ponto de inflexão²⁵ rumo a se tornar uma fonte líquida de carbono,²⁶ a proteção dos territórios PIACI torna-se uma estratégia climática essencial. É necessário direcionar financiamento direto a organizações indígenas responsáveis pela gestão e defesa do corredor, garantindo a proteção de longo prazo desses ecossistemas de alto estoque de carbono.

Como estratégia custo-efetiva de biodiversidade: Como uma das maiores áreas contínuas de floresta na Amazônia, o Corredor Territorial Yavari-Tapiche pode contribuir significativamente para o cumprimento de metas internacionais de clima e biodiversidade, incluindo a Meta 3 (30x30) do Marco Global de Biodiversidade de Kunming-Montreal e os compromissos da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (CQNUMC).

- **Fortalecer os sistemas de governança indígena,** assegurando autodeterminação e gestão territorial efetiva.
- **Prover apoio logístico e de segurança** para desarticular redes criminosas associadas a atividades extrativas em territórios indígenas e PIACI.
- **Expandir postos de monitoramento indígena** e integrá-los diretamente aos mecanismos estatais de resposta, incluindo sistemas de saúde, educação e serviços sociais. Apoiar sistemas de monitoramento liderados por comunidades, com vigilância territorial, sistemas de alerta precoce e integração de tecnologias geoespaciais ao conhecimento tradicional, conectados a respostas rápidas em nível nacional.
- **Investir em economias lideradas por Povos Indígenas,** incluindo abordagens sociobioeconômicas e modelos sustentáveis, como alternativa às indústrias extrativas e de larga escala.
- **Investir em infraestrutura habilitadora,** como eletrificação, conectividade digital, tecnologias apropriadas e equipamentos, que fortaleçam o monitoramento territorial, a proteção e o desenvolvimento de economias sustentáveis e autodeterminadas.
- **Promover serviços binacionais e interculturais,** especialmente nas áreas de saúde e educação, adaptados às necessidades dos Povos Indígenas em ambos os países.
- **Desenvolver políticas indígenas transfronteiriças** que facilitem a articulação entre organizações indígenas, promovendo redes formais de intercâmbio de informações e conhecimentos sobre proteção e gestão territorial.
- **Alinhar marcos legais e políticas públicas nacionais** para reconhecer e assegurar formalmente territórios indígenas e PIACI, incluindo a criação e implementação plena de reservas e corredores territoriais, com exclusão explícita de atividades de petróleo, gás, mineração e grandes projetos de infraestrutura.
- **Revogar concessões existentes e estabelecer zonas de exclusão (“no-go zones” / “zonas de vida”)** para atividades extrativas e industriais em territórios indígenas e PIACI.

Proteger o Corredor Yavari-Tapiche

Áreas Protegidas e Áreas-Chave para a Biodiversidade no Corredor Yavari-Tapiche



- **Ampliar financiamento direto, flexível e de longo prazo para Povos Indígenas e suas organizações,** incluindo mecanismos de financiamento climático e de biodiversidade, bem como instrumentos baseados em resultados vinculados à proteção territorial e aos serviços ecossistêmicos.
- **Fortalecer a cooperação transfronteiriça** entre Peru e Brasil para viabilizar proteção, monitoramento e fiscalização coordenados em toda a extensão do Corredor Yavari-Tapiche.
- **Promover a responsabilização de atores corporativos e financeiros** por meio do fortalecimento de exigências de devida diligência, transparência em concessões e investimentos, e alinhamento com padrões internacionais de direitos humanos e ambientais, incluindo o consentimento livre, prévio e informado (CLPI).
- **Adotar e aplicar rigorosamente políticas de não contato e precaução para povos PIACI,** assegurando que qualquer iniciativa de desenvolvimento, infraestrutura ou atividade econômica evite áreas com presença confirmada ou potencial de povos em isolamento.

Metodologia

Elaboração do relatório, consulta e validação

Este relatório não teria sido possível sem a parceria da Associação Interétnica de Desenvolvimento da Selva Peruana (AIDSESP), da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), do Centro de Trabalho Indigenista (CTI) e da Organização Regional dos Povos Indígenas do Oriente (ORPIO).

Abordagem

A análise territorial de ameaças apresentada neste relatório busca evidenciar as pressões atuais e futuras das indústrias extrativas sobre os Povos Indígenas e os Povos Indígenas em isolamento voluntário e de recente contato (PIACI) no Corredor Territorial Yavari-Tapiche, bem como destacar as respostas desenvolvidas pelas comunidades e pelo movimento indígena para proteger e gerir seus territórios de forma eficaz. O conteúdo do relatório foi informado por entrevistas realizadas por videoconferência e, quando necessário, por e-mail, sendo complementado por pesquisa documental. As análises e conclusões foram revisadas e validadas pelos parceiros envolvidos.

Metodologia de análise espacial

Aviso sobre dados:

As análises geoespaciais apresentadas neste relatório buscam identificar ameaças potenciais das indústrias extrativas sobre territórios indígenas e áreas PIACI, utilizando os dados e métodos mais recentes, precisos e confiáveis disponíveis. Como consequência, os resultados podem variar em futuras atualizações, à medida que novos dados e metodologias sejam incorporados. A Base Mundial de Áreas-chave para a Biodiversidade (WDKBA) é atualizada regularmente com base em processos nacionais de avaliação. Já a Base Mundial de Áreas Protegidas (WDPA) apresenta inconsistências decorrentes da variabilidade na qualidade dos dados fornecidos por governos nacionais. Sempre que possível, tais inconsistências foram consideradas e tratadas na análise.

A Earth Insight adota uma abordagem de precaução na estimativa das áreas sob ameaça de petróleo, gás, mineração e exploração madeireira. Os dados utilizados incluem blocos em produção ativa e áreas em diferentes estágios de exploração e licenciamento, proporcionando uma visão abrangente das áreas potencialmente afetadas por atividades extrativas.

Análise de ameaças extrativas

Processamento de camadas

Antes do cálculo das áreas de reservas PIACI, territórios indígenas, áreas protegidas, Áreas-chave para a Biodiversidade, blocos de petróleo e gás, concessões de mineração e concessões madeireiras, foram removidas feições duplicadas e sobrepostas.

Ameaças ao Corredor Territorial Yavari-Tapiche

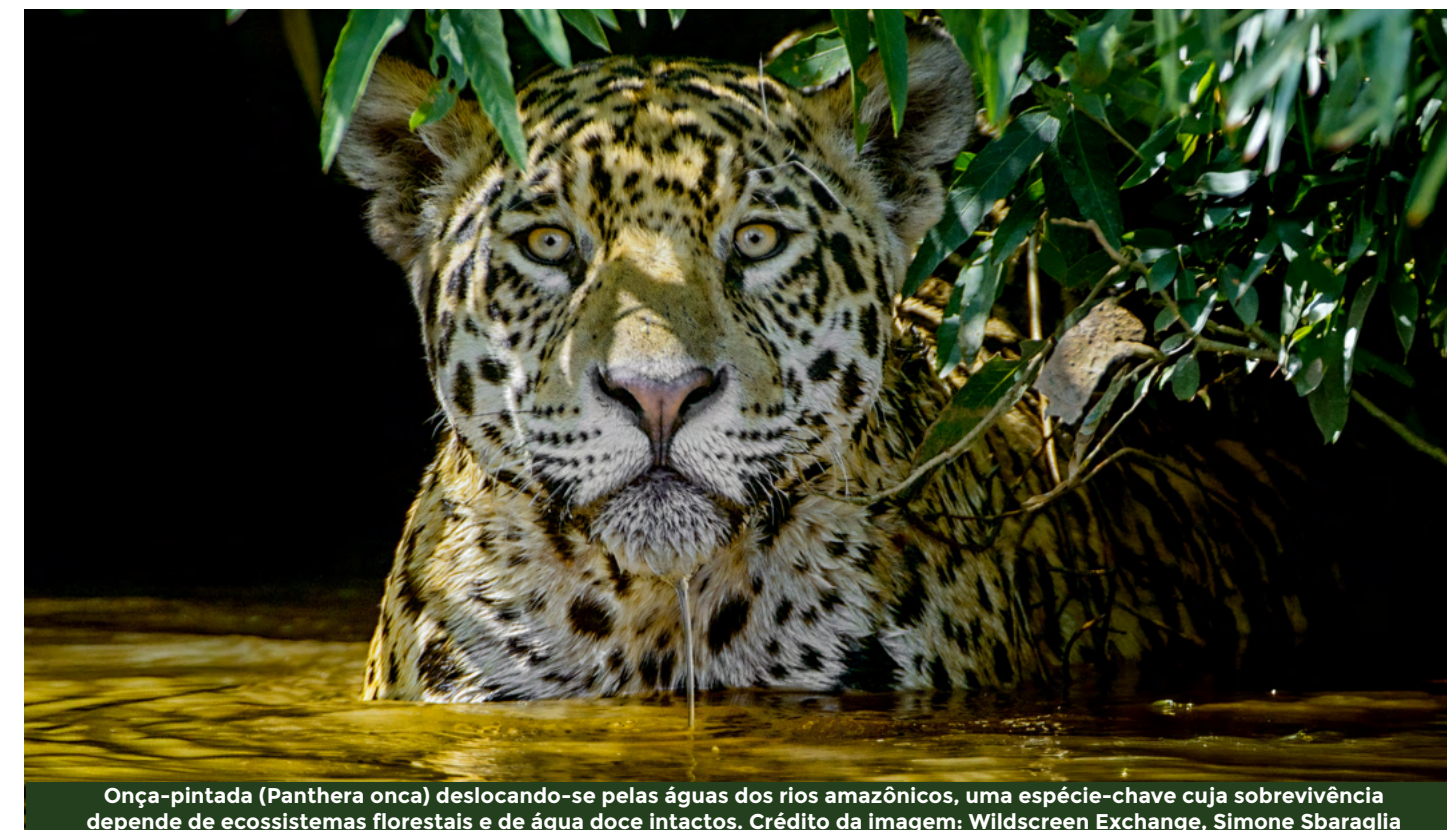
O limite do Corredor Territorial Yavari-Tapiche foi fornecido pela ORPIO e utilizado como área de estudo desta análise. As reservas PIACI foram fornecidas pela AIDSESP, com base em dados do Ministério da Cultura do Peru. O corredor e as reservas PIACI foram sobrepostos a blocos de petróleo e gás, concessões de mineração e concessões madeireiras, permitindo calcular as áreas sob risco de atividades extrativas.

A área de floresta tropical úmida intacta sob ameaça de blocos de petróleo e gás e concessões madeireiras foi estimada por meio da interseção com o produto de cobertura de Florestas Tropicais Úmidas do JRC (Vancutsem et al., 2021), utilizando a ferramenta Zonal Histogram e posterior agregação dos pixels. O mapa resultante foi elaborado em consulta com ORPIO, AIDSESP e CTI.

Carbono de biomassa acima do solo

O volume de carbono armazenado na biomassa acima do solo (AGB) na Amazônia e no Corredor Territorial Yavari-Tapiche foi estimado com base no mapa global de densidade de carbono em biomassa acima do solo (Spawn e Gibbs, 2020), referente ao ano de 2010. A biomassa acima do solo inclui o carbono armazenado em plantas vivas, mas não contempla a serapilheira ou a matéria lenhosa morta. O raster de AGB possui resolução de 300 metros e expressa densidade de carbono em MgC/ha. Para estimar o carbono total:

- * O raster foi reprojetoado para uma projeção de área equivalente (South America Albers Equal Area Conic);
- * Foi aplicado um fator de correção de escala (0,1);
- * A densidade foi convertida de MgC/ha para MgC por pixel;
- * Foram aplicadas estatísticas zonais para calcular o total de carbono na Amazônia (com base no limite RAISG) e no Corredor Yavari-Tapiche.



Onça-pintada (*Panthera onca*) deslocando-se pelas águas dos rios amazônicos, uma espécie-chave cuja sobrevivência depende de ecossistemas florestais e de água doce intactos. Crédito da imagem: Wildscreen Exchange, Simone Sbaraglia

Fontes de dados

Carbono de biomassa acima do solo: Spawn, S. A.; Gibbs, H. K. (2020). Global Aboveground and Belowground Biomass Carbon Density Maps for 2010. ORNL DAAC. <https://doi.org/10.3334/ORNLDAAC/1763> Date Accessed: 2026-04-03

Limites de países: Natural Earth (2024).

Atividades ilegais: Centro de Trabalho Indigenista, 2025.

Territórios indígenas: RAISG, 2024

Áreas-chave para a biodiversidade: BirdLife International (2024) World Database of Key Biodiversity Areas. Developed by the KBA Partnership: BirdLife International, International Union for the Conservation of Nature, American Bird Conservancy, Amphibian Survival Alliance, Conservation International, Critical Ecosystem Partnership Fund, Global Environment Facility, Re:Wild (formerly Global Wildlife Conservation), NatureServe, Rainforest Trust, Royal Society for the Protection of Birds, Wildlife Conservation Society, iq and World Wildlife Fund. September 2024 version. Available at <http://keybiodiversityareas.org/kba-data/request>

Concessões madeireiras: Brazil: Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima; Peru: Servicio Nacional Forestal y de Fauna Silvestre.

Concessões de mineração: Minebase (2025), Earth Insight; Brazil: Agência Nacional de Mineração; Peru: Instituto Geologico, Minero y Metalurigo.

Blocos de petróleo e gás: Oilbase (2025), Earth Insight; Brazil: Brazilian National Agency of Petroleum and Natural Gas and Biofuels; Peru: PetroPeru.

Reservas PIACI: AIDSESEP, 2025.

Rodovias e ferrovias propostas: RAISG (Red Amazónica de Información Socioambiental Georreferenciada). Roads, 2024. Available at: <https://raisg.socioambiental.org/>

Áreas protegidas: UNEP-WCMC and IUCN (2025), Protected Planet: The World Database on Protected Areas (WDPA) [Online], April 2025, Cambridge, UK: UNEP-WCMC and IUCN. Available at: www.protectedplanet.net.

Imagens de satélite: Basemap: Esri. "World Imagery" basemap. Esri, Maxar, Earthstar Geographics, and the GIS User Community. Inset maps: Image © 2015/2025 Planet Labs PBC

Floresta tropical úmida: C. Vancutsem, F. Achard, J.-F. Pekel, G. Vieilledent, S. Carboni, D. Simonetti, J. Gallego, L.E.O.C. Aragão, R. Nasi. [Long-term \(1990-2019\) monitoring of forest cover changes in the humid tropics](https://doi.org/10.1126/science.1251111). Science Advances 2021

Limite do Corredor Yavari-Tapiche: ORPIO (Organización Regional de los Pueblos Indígenas del Oriente), 2025

Notas finais

1. Centro de Trabalho Indigenista et al. (2025). Yavari-Tapiche Territorial Corridor Indigenous Territories and Protected Areas. CTI. Disponível em: https://biblioteca.trabalhoindigenista.org.br/wp-content/uploads/tainacan-items/47/114639/Mapa_corredor_Yavari-Tapiche_ingles_FINAL.pdf. Acessado em 1º de abril de 2026.
2. Nascimento, Hilton. (2024). Biodiversity of the Yavari-Tapiche Territorial Corridor. Centro de Trabalho Indigenista. Disponível em: <https://biblioteca.trabalhoindigenista.org.br/livros/a-biodiversidade-do-corredor-territorial-yavari-tapiche>. Acessado em 16 de março de 2026.
3. Fraser, B. (2022, janeiro). [Binational pitch for nature, semi-nomads](https://www.ecoamericas.com/issues/article/2022/1/57425189-043A-4104-B6D5-316D0BA67B97). EcoAmericas. Disponível em: <https://www.ecoamericas.com/issues/article/2022/1/57425189-043A-4104-B6D5-316D0BA67B97>. Acessado em 25 de junho de 2025.
4. Centro de Trabalho Indigenista., et al. (2025). Yavari-Tapiche Territorial Corridor Indigenous Territories and Protected Areas. CTI. https://biblioteca.trabalhoindigenista.org.br/wp-content/uploads/tainacan-items/47/114639/Mapa_corredor_Yavari-Tapiche_ingles_FINAL.pdf. Acessado em 1º de abril de 2026.
5. Ibidem. Yavari-Tapiche Territorial Corridor Indigenous Territories and Protected Areas.
6. Peru. Ministerio de Cultura. (2018). Decreto Supremo N.º 002-2018-MC, que declara el reconocimiento de los pueblos indígenas matsés, remo (isconahua) y marubo en situación de aislamiento y otros. Diario Oficial El Peruano. Disponível em: <https://busquedas.elperuano.pe/dispositivo/NL/1626765-3>. Acessado em 10 de abril de 2026.
7. Centro de Trabalho Indigenista. (2021). Yavari-Tapiche Territorial Corridor. CTI. Disponível em: <https://trabalhoindigenista.org.br/Yavari-tapiche-eng>. Acessado em 1º de agosto de 2025.
8. Praeli, Y. S. (2025, 29 de setembro). Report finds 226 Indigenous land defenders in Peru at risk of violence. Mongabay. Disponível em: <https://news.mongabay.com/2025/09/report-finds-226-indigenous-land-defenders-in-peru-at-risk-of-violence/>. Acessado em 10 de abril de 2026.
9. Organización Regional de los Pueblos Indígenas del Oriente (ORPIO). (2020, 17 de julho). Orpio presenta acción de amparo para proteger a los PIACI ante reactivación económica forestal. Disponível em: <https://www.orpio.org.pe/orpio-presenta-accion-de-amparo-para-protger-a-los-piaci-an-te-reactivacion-economica-forestal>. Acessado em 15 de abril de 2025.
10. Leo Chuma Teca, presidente da Comunidade Nativa Matsés, Loreto, Peru
11. Chuma Teca, Leo. (20 de março de 2026). Correspondência.
12. Butler, R. A. (2014, 11 de fevereiro). Helping the 'Jaguar People' to protect their culture and traditional wisdom. Mongabay. Disponível em: <https://news.mongabay.com/2014/02/helping-the-amazons-jaguar-people-protect-their-culture-and-traditional-wisdom/>. Acessado em 19 de março de 2026.
13. Organización Regional AIDSESEP Ucayali (ORAU). (s.d.). Estudio jurídico, antropológico y ambiental del Corredor Territorial de Pueblos en Aislamiento y en Contacto Inicial y de Bosques Continuos Yavari-Tapiche. Disponível em: <https://www.scribd.com/document/631399309/Estudio-juridico-antropologico-y-ambiental-del-Corredor-Territorial-de-Pueblos-en-Aislamiento-y-en-Contacto-Inicial-y-de-Bosques-Continuos-Yavari-Ta?v=0.527>. Acessado em 9 de abril de 2026.
14. Matsés. Povos Indígenas no Brasil. Instituto Socioambiental (ISA). (s.d.). Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/en/Povo:Mats%C3%A9s>. Acessado em 21 de março de 2026.
15. Voss, R. et al. (2011, 29 de abril). Mammalian Diversity and Matses Ethnomammalogy in Amazonian Peru Part 1: Primates. Bulletin of the American Museum of Natural History, 351. <https://doi.org/10.1206/351.1>
16. Gabay, A. (2024, 18 de abril). Cross-border Indigenous efforts in Peru and Brazil aim to protect isolated groups. Mongabay. Disponível em: <https://news.mongabay.com/2024/04/cross-border-indigenous-efforts-in-peru-brazil-aim-to-protect-isolated-groups>. Acessado em 2 de março de 2026.
17. Centro de Trabalho Indigenista (CTI). (2014, 28 de novembro). Líderes Matsés vuelven a rechazar la exploración petrolera en su territorio. Disponível em: <https://trabalhoindigenista.org.br/lideres-matses-vuelven-rechazar-la-exploracion-petrolera-en-su-territorio>. Acessado em 22 de março de 2026.
18. January 2023 Field Report: Isolated Peoples and Endangered River Turtle Protection. (2023, 4 de janeiro). Acate Amazon Conservation. Disponível em: <https://acateamazon.org/field-updates/january-2023-field-update-isolated-peoples-and-endangered-river-turtle-protection>. Acessado em 21 de março de 2026.

19. Centro de Trabalho Indigenista (CTI). (2024, 28 de novembro). Líderes Matsés vuelven a rechazar la exploración petrolera en su territorio. Disponível em: <https://trabalhoindigenista.org.br/lideres-matses-vuelven-rechazar-la-exploracion-petrolera-en-su-territorio>. Acessado em 15 de março de 2026.
20. Gilbertz, S. (2013, 12 de maio). Canadian oil company threatens the survival of Peru's "Jaguar people". The Ecologist. Disponível em: <https://theecologist.org/2013/may/12/canadian-oil-company-threatens-survival-perus-jaguar-people>. Acessado em 15 de abril de 2026.
21. Hill, D. (2018, 28 de fevereiro). Peru moves to create huge new indigenous reserves in Amazon. The Guardian. Disponível em: <https://www.theguardian.com/environment/andes-to-the-amazon/2018/feb/28/peru-moves-huge-new-indigenous-reserves-amazon>. Acessado em 12 de julho de 2025.
22. COIAB. (2026, 15 de março). Correspondência.
23. Salazar Herrada, E. (2025, 2 de fevereiro). El Ministerio de Cultura está a punto de dejar al Perú con un santuario menos: Yavari Mirim se retrotrae tras 20 años de espera. Infobae. Disponível em: <https://www.infobae.com/peru/2025/02/02/el-ministerio-de-cultura-esta-a-punto-de-dejar-al-peru-con-un-santuario-menos-Yavari-mirim-se-retrotrae-tras-20-anos-de-espera/>. Acessado em 23 de julho de 2025.
24. Ministerio de Cultura. (2025, 30 de maio). Solicitud de reserva indígena Tamaya–Abujao (Anexo de RM N.º 133-2025-MC) [PDF]. Disponível em: <https://transparencia.cultura.gob.pe/sites/default/files/transparencia/2025/05/resoluciones-ministeriales/rm000133-2025-mc-anexo.pdf>. Acessado em 6 de setembro de 2025.
25. Hill, D. (2018, 28 de fevereiro). Peru moves to create huge new indigenous reserves in Amazon. The Guardian. Disponível em: <https://www.theguardian.com/environment/andes-to-the-amazon/2018/feb/28/peru-moves-huge-new-indigenous-reserves-amazon>. Acessado em 12 de julho de 2025.
26. Organización Regional AIDSEP Ucayali (ORAU). (s.d.). Estudio jurídico, antropológico y ambiental del Corredor Territorial de Pueblos en Aislamiento y en Contacto Inicial y de Bosques Continuos Yavari–Tapiche. Disponível em: <https://www.scribd.com/document/631399309/Estudio-juridico-antropologico-y-ambiental-del-Corredor-Territorial-de-Pueblos-en-Aislamiento-y-en-Contacto-Inicial-y-de-Bosques-Continuos-Yavari-Ta?v=0.527>. Acessado em 9 de abril de 2026.
27. Ministerio de Cultura. (2025, 30 de maio). Solicitud de reserva indígena Tamaya–Abujao (Anexo de RM N.º 133-2025-MC) [PDF]. Disponível em: <https://transparencia.cultura.gob.pe/sites/default/files/transparencia/2025/05/resoluciones-ministeriales/rm000133-2025-mc-anexo.pdf>. Acessado em 6 de setembro de 2025.
28. Redacción Epicentro TV. (2025, 5 de setembro). Gobierno rechaza creación de la Reserva Indígena Yavari Mirim. Epicentro TV. Disponível em: <https://epicentro.tv/gobierno-rechaza-creacion-de-la-reserva-indigena-Yavari-mirim-loreto>. Acessado em 5 de setembro de 2025.
29. Brown, S. (2024, 25 de abril). Latest Peruvian oil spill cuts Indigenous communities from life-giving river. Mongabay. Disponível em: <https://news.mongabay.com/2024/04/latest-peruvian-oil-spill-cuts-indigenous-communities-from-life-giving-river>. Acessado em 2 de março de 2026.
30. Hill, D. (2018). The Guardian.
31. Earth Insight. (2024). Threat Assessment: Oil and Gas Expansion Endangers Isolated Indigenous Peoples in Peru. CC BY-ND 4.0. Disponível em: <https://earth-insight.org/insight/piaci-threats-oil-and-gas-peru>. Acessado em 14 de fevereiro de 2026.
32. Gratten, S. (2025, 4 de março). Peru's Indigenous leaders raise concerns over oil and gas projects at a human rights hearing. Associated Press. Disponível em: <https://apnews.com/article/peru-indigenous-oil-gas-exploration-human-rights-commission-amazon-violate-70bdb220736f1e8cdf-4c416157ae83a4>. Acessado em 14 de fevereiro de 2026.
33. Fundación para la Conservación y el Desarrollo Sostenible. (2024). ¿Hacia la resiliencia de las cadenas logísticas del narcotráfico y la minería ilegal? El rol de cinco proyectos viales en la Amazonía peruana. Lima: FCDS Perú. Disponível em: https://fcds.org.pe/wp-content/uploads/2024/11/INFORME_VIAS_FRONTERAS_final.pdf. Acessado em 5 de agosto de 2025.
34. Leanderson, L. et al. (2023, 5 de junho). Amazon's road to ruin: highway threatens heart of the rainforest. The Guardian. Disponível em: <https://www.theguardian.com/environment/2023/jun/05/amazon-road-ruin-highway-threatens-heart-rainforest>. Acessado em 18 de julho de 2025.
35. United Nations Office on Drugs and Crime. (2023). The nexus between drugs and crimes that affect the environment and convergent crime in the Amazon Basin [Booklet 3]. In World Drug Report 2023. United Nations. <https://www.un-ilibrary.org/content/books/9789210028233c025/read>. Acessado em 28 de abril de 2026.
36. Hill, D. (2021, 30 de setembro). Fears for Brazil's and Peru's most isolated tribes if illegal... [Substack]. Disponível em: <https://hilldavid.substack.com/p/fears-for-brazils-and-perus-most>. Acessado em 10 de agosto de 2025.
37. Chaves, L. (2022, March 10). Proposed Brazil-Peru road through untouched Amazon gains momentum. Dialogue Earth.
38. Defensoría del Pueblo. (2021, 4 de setembro). Defensoría del Pueblo pide a MTC y a GORE Loreto detener construcción ilegal de carretera Jenaro Herrera – Colonia Angamos. Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/defensoria/noticias/521447-defensoria-del-pueblo-pide-a-mtc-loreto-detener-construccion-ilegal-de-carretera-jenaro-herrera-colonia-angamo>. Acessado em 17 de abril de 2025.
39. Fundación para la Conservación y el Desarrollo Sostenible. (2024). ¿Hacia la resiliencia de las cadenas logísticas del narcotráfico y la minería ilegal? El rol de cinco proyectos viales en la Amazonía peruana. Lima: FCDS Perú. Disponível em: https://fcds.org.pe/wp-content/uploads/2024/11/INFORME_VIAS_FRONTERAS_final.pdf. Acessado em 5 de agosto de 2025.
40. Instituto Igarapé; FCDS. (2025, 26 de agosto). Amazonía en Disputa. Instituto Igarapé. Disponível em: <https://igarape.org.br/amazonia-en-disputa>. Acessado em 15 de abril de 2026.
41. Blundell, A. et al. (2025). State of climate and conservation finance for Indigenous Peoples and local communities: Trust, tenure, transparency – Foundations for more equitable climate & conservation finance. Forest Trends. Disponível em: <https://www.forest-trends.org/publications/state-of-climate-and-conservation-finance-for-indigenous-peoples-local-communities-report>. Acessado em 23 de março de 2026.
42. Asner, G. P. et al. (2014). The high-resolution carbon geography of Perú. Carnegie Airborne Observatory. Disponível em: <https://earth-chris.github.io/pdf/2014%20The%20carbon%20geography%20of%20Peru.pdf>. Acessado em 6 de março de 2026.
43. Climate Focus; World Resources Institute. (2022). Sink or swim: How Indigenous and community lands can make or break nationally determined contributions. Forest Declaration Assessment. Disponível em: <https://climatefocus.com/wp-content/uploads/2022/06/Sink-or-swim-IPLC-lands-and-NDCs.pdf>. Acessado em 7 de abril de 2026.
44. Organización Regional de los Pueblos Indígenas del Oriente (ORPIO). (2020, 17 de julho). Orpio presenta acción de amparo para proteger a los PIACI ante reactivación económica forestal. Disponível em: <https://www.orpio.org.pe/orpio-presenta-accion-de-amparo-para-protector-a-los-piaci-ante-reactivacion-economica-forestal>. Acessado em 15 de abril de 2025.
45. ORPIO. (2022, 21 de novembro). Poder Judicial ordena al Gobierno Regional de Loreto proteger la vida de los PIACI. Disponível em: <https://www.orpio.org.pe/poder-judicial-ordena-al-gobierno-regional-de-loreto-protector-la-vida-de-los-piaci>. Acessado em 10 de abril de 2026.
46. Ministerio de Cultura. (2025).
47. FCDS. (2025).
48. Centro de Trabalho Indigenista et al. (2025). Yavari–Tapiche Territorial Corridor Indigenous Territories and Protected Areas. CTI. Disponível em: https://biblioteca.trabalhoindigenista.org.br/wp-content/uploads/tainacan-items/47/114639/Mapa_corredor_Yavari-Tapiche_ingles_FINAL.pdf. Acessado em 1º de abril de 2026.
49. Cowie, F. (2024, 2 de agosto). The lawless mining gangs targeting the Amazon's precious green energy minerals. The Guardian. Disponível em: <https://www.theguardian.com/global-development/article/2024/aug/02/black-gold-cassiterite-mining-energy-transition-minerals-destroying-indigenous-yanomami-rainforest-ibama-environment>. Acessado em 1º de abril de 2026.
50. Gold mining in the Amazon: the origin of the Yanomami health crisis. 10.1590/0102-311XEN111823
51. Moullet, G. et al. (2025, 26 de maio). Amazon biodiversity is at risk from metal contamination due to mining activity. bioRxiv. <https://doi.org/10.1101/2025.05.21.654597>. Acessado em 1º de abril de 2026.
52. Centro de Trabalho Indigenista. (2021). Yavari–Tapiche Territorial Corridor. CTI. Disponível em: <https://trabalhoindigenista.org.br/Yavari-tapiche-eng>. Acessado em 1º de agosto de 2025.
53. Ibidem.
54. Milhorange, F. (2024, 9 de abril). Epidemic fears as 80% of Indigenous Amazon tribe fall ill. The Guardian. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2024/apr/09/epidemic-fears-as-80-of-indigenous-amazon-tribe-fall-ill>. Acessado em 10 de agosto de 2025.
55. Environmental Justice Atlas. (2023, 30 de julho). Illegal gold mining and poaching in Vale do Javari Indigenous Territory, Amazonas, Brazil. Disponível em: <https://ejatlas.org/print/illegal-gold-mining-and-poaching-in-vale-do-javari-indigenous-territory-amazonas-brazil>. Acessado em 31 de julho de 2025.
56. Three Basins Report: Fossil Fuel, Mining, and Industrial Expansion Threats to Forests and Communities. (2023). Earth Insight. Disponível em: <https://earth-insight.org/report/three-basins-report>. Acessado em 3 de março de 2026.
57. Ebus, B. (2024, 17 de julho). Crisis at Tres Fronteras: how criminal syndicates threaten Amazon's future. The Guardian. Disponível em: <https://www.theguardian.com/global-development/article/2024/jul/17/crisis-tres-fronteras-criminal-syndicates-amazon-colombia-peru-brazil>. Acessado em 15 de agosto de 2025.
58. Ibidem.

59. Fraser, B. J. (2019, 3 de outubro). Violence on Amazonian border puts Indigenous peoples at risk, say church workers. National Catholic Reporter. Disponível em: <https://www.ncronline.org/news/violence-amazonian-border-puts-indigenous-risk-say-church-workers>. Acessado em 5 de agosto de 2025.
60. Phillips, D. et al. (2018, 23 de agosto). Tribes in deep water: gold, guns and the Amazon's last frontier. The Guardian. Disponível em: <https://www.theguardian.com/global-development/2018/aug/23/tribes-in-deep-water-gold-guns-and-the-amazons-last-frontier>. Acessado em 10 de julho de 2023.
61. Phillips, D. (2017, 12 de setembro). Brazil investigates alleged slaughter of Amazonian tribespeople by miners. The Guardian. Disponível em: <https://www.theguardian.com/global-development/2017/sep/12/brazil-investigates-reports-of-massacre-among-amazon-tribe-javari-valley>. Acessado em 20 de setembro de 2025.
62. Phillips, D. (2018, 22 de agosto). A massacre of Amazonian people? The search goes on. The Guardian. Disponível em: <https://www.theguardian.com/global-development/2018/aug/22/alleged-massacre-of-amazon-tribespeople-javari-valley-brazil>. Acessado em 20 de setembro de 2025.
63. Inter-American Commission on Human Rights (IACHR). (2026). Resolution No. 13/26: Precautionary Measure No. 236-23 — Members of the Kakataibo Indigenous people living in isolation in the Kakataibo North and South Indigenous Reserve (Peru). Organization of American States. Disponível em: https://www.oas.org/en/iachr/decisions/mc/2026/res_13-26_mc_236-23_pe_en.pdf. Acessado em 26 de março de 2026.
64. Douglas, B. (2015, 17 de abril). Brazil's "bullets, beef and bible" caucus wants to imprison 16-year-olds. The Guardian. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2015/apr/17/brazil-rightwing-caucus-lower-age-criminal-responsibility>. Acessado em 2 de julho de 2025.
65. Alves, T. (2023, 4 de abril). Anti-crime operation in Brazil's Javari Valley off to slow start. Brazil Reports. Disponível em: <https://brazilreports.com/anti-crime-operation-in-brazils-javari-valley-off-to-slow-start/4368>. Acessado em 16 de agosto de 2025.
66. Cultural Survival. (2025, 21 de julho). Brazilian Congress weakens climate governance and Indigenous advocacy through Bill 2159/21. Disponível em: <https://www.culturalsurvival.org/news/brazilian-congress-weakens-climate-governance-and-indigenous-advocacy-through-devastating-bill>. Acessado em 20 de setembro de 2025.
67. International Work Group for Indigenous Affairs (IWGIA). (2023, 28 de março). The Indigenous World 2023: Peru. Disponível em: <https://iwgia.org/en/peru/5102-iw-2023-peru.html>. Acessado em 2 de setembro de 2025.
68. Pizarro, O. (2025, 7 de agosto). Organizaciones indígenas exigen al Congreso archivar proyecto de ley que pondría en peligro a pueblos en aislamiento. Infobae. Disponível em: <https://www.infobae.com/peru/2025/08/07/organizaciones-indigenas-exigen-al-congreso-archivar-proyecto-de-ley-que-pondria-en-peligro-a-pueblos-en-aislamiento/>. Acessado em 2 de setembro de 2025.
69. Redacción El Búho. (2025, 30 de agosto). Congreso busca modificar Ley PIACI para reducir territorios de pueblos indígenas y cuestionar la consulta previa. Disponível em: <https://elbuho.pe/2025/08/accion-popular-busca-modificar-ley-piaci-y-recategorizar-a-pueblos-indigenas/>. Acessado em 2 de setembro de 2025.
70. Gratten, S. (2025, 4 de setembro). Peru considers long-delayed Amazon reserve to protect uncontacted tribes. Associated Press. Disponível em: <https://apnews.com/article/amazon-peru-uncontacted-tribe-indigenous-congress-logging-mining-illegal-8009e1dca894479a88adca6dcaba11ae>. Acessado em 5 de setembro de 2025.
71. Office of the United Nations High Commissioner for Human Rights (OHCHR). (2025, 26 de setembro). Indigenous Peoples in voluntary isolation and initial contact (IPVIIC). Disponível em: <https://www.ohchr.org/sites/default/files/documents/form/documento-informativo-sobre-pueblos-indigenas-contacto-inicial-briefing-document-indigenous-peoples-voluntary-isolation-initial-contact-aislamiento-voluntario-piaci-ipviic-1-en.pdf>
72. Asociación Interétnica de Desarrollo de la Selva Peruana (AIDSEP). (2025, 5 de setembro). Pronunciamento: Gobierno de Dina Boluarte da la espalda a derechos de los pueblos indígenas en aislamiento. Disponível em: <https://aidsep.org.pe/noticias/pronunciamento-gobierno-de-dina-boluarte-da-la-espalda-a-derechos-de-los-pueblos-indigenas-en-aislamiento>. Acessado em 5 de setembro de 2025.
73. Hinojosa Lizárraga, R. (2025, 18 de julho). Reserva Yavari Mirim corre peligro por inacción de las autoridades. Infobae. Disponível em: <https://www.infobae.com/peru/2025/07/18/reserva-yavari-mirim-corre-peligro-por-inaccion-de-las-autoridades>. Acessado em 10 de março de 2026.
74. Reid, J. (2025, 9 de setembro). Peru accused of violating human rights after government rejects reserve for uncontacted peoples. The Guardian. Disponível em: <https://www.theguardian.com/global-development/2025/sep/09/peru-accused-of-violating-human-rights-after-government-rejects-yavari-mirim-reserve-for-uncontacted-peoples>. Acessado em 28 de janeiro de 2026.
75. Flores, B. M. et al. (2024). Critical transitions in the Amazon forest system. Nature, 626. <https://doi.org/10.1038/s41586-023-06970-0>. Acessado em 26 de março de 2026.
76. Veit, P. et al. (2023, 6 de janeiro). Indigenous forests are some of the Amazon's last carbon sinks. World Resources Institute. Disponível em: <https://www.wri.org/insights/amazon-carbon-sink-indigenous-forests>. Acessado em 26 de março de 2026.



Malocas (habitações comunais tradicionais) de povos indígenas em isolamento voluntário na Amazônia, situadas em territórios florestais remotos que dependem de proteção rigorosa. Crédito da imagem: Cortesia da ORPIO

Earth Insight



AIDSESP



ORPIO

Organización Regional de
Pueblos Indígenas del Oriente